

Historia:

Espaços,
poder,
cultura e
sociedade

3



William Roslindo Paranhos
(Organizador)

Atena
Editora
Ano 2022

Historia:

Espaços,
poder,
cultura e
sociedade

3



William Roslindo Paranhos
(Organizador)

Atena
Editora
Ano 2022

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Gabriel Motomu Teshima

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Prof^ª Dr^ª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof^ª Dr^ª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Prof^ª Dr^ª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^ª Dr^ª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
Prof^ª Dr^ª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^ª Dr^ª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Prof^ª Dr^ª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Prof^ª Dr^ª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^ª Dr^ª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^ª Dr^ª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^ª Dr^ª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



História: espaços, poder, cultura e sociedade 3

Diagramação: Daphynny Pamplona
Correção: Maiara Ferreira
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizador: William Roslindo Paranhos

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

H673 História: espaços, poder, cultura e sociedade 3 /
Organizador William Roslindo Paranhos. – Ponta
Grossa - PR: Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-258-0038-7

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.387222503>

1. História. 2. Sociedade. I. Paranhos, William Roslindo
(Organizador). II. Título.

CDD 901

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br



Atena
Editora
Ano 2022

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, desta forma não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



APRESENTAÇÃO

A obra “História: Espaços, poder, cultura e sociedade 3” propõe uma discussão científica, partindo de uma perspectiva interdisciplinar, em torno da análise de processos históricos da humanidade, por intermédio de trabalhos diversos que compõem seus onze capítulos. O volume abordará, de maneira categorizada, textos acadêmicos que se caminham através de vários séculos, discutindo dispositivos que serviram, e ainda servem, como reguladores, normatizadores ou, até mesmo, como potencializadores do cenário social.

A riqueza desta publicação consiste, sobretudo, na interdisciplinaridade que, a todo instante, é valorizada nas produções, à começar pela pluralidade de campos do conhecimento que debatem, convergem e divergem acerca de conceitos teóricos e empíricos, pela representatividade de instituições de ensino e pesquisa de renome no país, por conta das diversas abordagens e metodologias utilizadas e, por fim, em virtude de escopos bastantes distintos, mas que buscam, em sua essência, investigar fenômenos sociais bastante próximos.

Por mais que o termo “história” nos leve, teimosamente, a pensar e refletir, tão somente, acerca de acontecimentos do passado, este livro nos convida a aprofundar nossa capacidade dialética e possibilitar que conceitos tidos como ortodoxos se tornem contemporâneos o bastante a fim de instrumentalizarem nossas análises e discussões sobre os tempos modernos. É o exercício de olhar para o passado, considerá-lo e criar, a partir dele, uma analogia com o contexto atual. As pessoas autoras provam que isso é possível, e eu diria, também, necessário.

Outro ponto bastante importante de ser destacado e valorizado neste volume é sua proposta em criar um repositório de conhecimento onde as pessoas que fazem a academia existir e ser o que é, possam realizar buscas, pesquisas, constatações, aproximações, enfim, tudo aquilo que as permita construir o preceito básico, ou ao menos o que deveria ser, de toda sociedade moderna: a construção da consciência crítica.

Deste modo, “História: Espaços, poder, cultura e sociedade 3” apresenta uma teoria bem fundamentada acerca de resultados alcançados no processo de pesquisa por pessoas docentes e acadêmicas, que desenvolveram seus trabalhos a fim de contribuir com o avanço das ciências e os quais serão aqui apresentados. Sabemos da importância, cada vez mais urgente, de se valorizar a atividade científica e, por tal razão, é que também destacamos o valoroso da Atena Editora que, por meio de seu renome no campo editorial, é capaz de oferecer uma plataforma consolidada, a fim de que essas pessoas possam expor e divulgar seus trabalhos, conquistando seu merecido reconhecimento.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

SAPATEIRO PERDE PARA A SAPATÃO”: REPRESENTAÇÕES E RESISTÊNCIAS NA IMPRENSA PARAENSE (1980-1990)


Júlio Ferro Silva da Cunha Nascimento

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3872225031>

CAPÍTULO 2..... 10

A FIGURA FEMININA NAS PRIMEIRAS RODAS DE SAMBA: UMA PESQUISA SOBRE OS ESTUDOS PRODUZIDOS SOBRE O SAMBA NO SÉCULO XX


Ana Vitória Campos Pompeu e Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3872225032>

CAPÍTULO 3..... 19

OLHARES PARA O OPRIMIDO: VARIAÇÕES DA PINTURA SOCIAL MODERNA NO BRASIL


Luciana de Fátima Marinho Evangelista

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3872225033>

CAPÍTULO 4..... 29

O PAPEL DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS NO ENSINO DA ARTE PERANTE A DIVERSIDADE CULTURAL

Ismeinem Vieira de Faria Araújo

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3872225034>

CAPÍTULO 5..... 43

CONTRUÇÕES HUMANAS: COMPREENDENDO OS CONCEITOS DE RELIGIÃO E CULTURA NAS PROSPECTIVAS DAS INTOLERANCIAS PERPETUADAS EM FACE DAS RELIGIÕES DE MATRIZES AFRO-BRASILEIRAS


Elisaura de Fátima Martins Carrijo

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3872225035>

CAPÍTULO 6..... 53

O ENSINO DA HISTÓRIA E DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA: ESTRATÉGIAS PARA UMA EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E SUPERAÇÃO DO RACISMO


Sebastião de Assis Ribeiro





 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3872225036>

CAPÍTULO 7..... 65

HETEROGESTÃO E AUTOGESTÃO: UM ESTUDO SOBRE OS PROJETOS SOCIOEDUCACIONAIS DE ALIENAÇÃO *VERSUS* EMANCIPAÇÃO - UMA ÓTICA ANARQUISTA

Luana Aparecida Moraes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3872225037>

CAPÍTULO 8	78
O MATRIMÔNIO NO <i>FUERO REAL</i> DE ALFONSO X, O SÁBIO	
Eliezer dos Santos	
Jaime Estevão dos Reis	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.3872225038	
CAPÍTULO 9	90
POR UMA VIDA DEVOTA: <i>FILOTEIA</i> (1609), DE SÃO FRANCISCO DE SALES, NO CONTEXTO DA REFORMA CATÓLICA	
Giovana Eloá Mantovani Mulza	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.3872225039	
CAPÍTULO 10	100
A CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA DE 1911	
Sofia Vicente Vagarinho	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.38722250310	
CAPÍTULO 11	110
A GUERRA FRIA E OS MOVIMENTOS CIVIS: O MACARTHISMO E O MEDO COMUNISTA	
Augusto Machado Rocha	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.38722250311	
SOBRE O ORGANIZADOR	121
ÍNDICE REMISSIVO	122

CAPÍTULO 7

HETEROGESTÃO E AUTOGESTÃO: UM ESTUDO SOBRE OS PROJETOS SOCIOEDUCACIONAIS DE ALIENAÇÃO *VERSUS* EMANCIPAÇÃO - UMA ÓTICA ANARQUISTA

Data de aceite: 01/02/2022

Luana Aparecida Moraes

Licenciada em Pedagogia pela UEPG, Mestra em Educação pela UNICENTRO, Ponta Grossa (PR - Brasil). Principal publicação: "Educação anarquista: contribuições para a escola e uma educação autêntica" (Revista HistedBr Online)

RESUMO: Este trabalho tem por objetivo discutir os processos de autogestão e heterogestão e o faz pautado em uma perspectiva socioeducacional, pois entende que não é possível falar em autogestão pedagógica sem falar em autogestão social e que, além disso, a educação se dá como um denso campo de disputa de interesses hegemônicos e contra-hegemônicos na organização capitalista. Como projeto radical e de difícil assimilação, porque ainda em devir, a autogestão é aqui explicada pelo cotejamento com o seu avesso, modelo social vigente: a heterogestão. O estudo parte de abordagem bibliográfica e depreende que a saída para a hegemonia heterogestora – e seus desdobramentos como a alienação – é a busca pela autogestão como projeto emancipador a ser forjado no seio de uma educação contra-hegemônica, também ela autogerida.

PALAVRAS-CHAVE: Autogestão; Heterogestão; Anarquismo; Educação.

HETERO-MANAGEMENT AND SELF-MANAGEMENT: A STUDY ABOUT THE SOCIO-EDUCATIONAL PROJECTS OF ALIENATION *VERSUS* EMANCIPATION – ANARCHIST OPTICS

ABSTRACT: This work aims to discuss the processes of self and hetero-management and does it based on a socio-educational perspective, because it understands that it is not possible to talk about pedagogical self-management without talking about social self-management and that, besides that, the education happens as a dense field of dispute of hegemonic and counter-hegemonic interests in the capitalist organization. As a radical project and of difficult assimilation, because still about to happen, the self-management is here explained by the comparison with its averse, social model existing: the hetero-management. The study was made from a bibliographical approach and comprehends that the exit to the hetero-management hegemony – and its outcomes such as the alienation – is the search for the self-management as an emancipator project to be forged in the core of a counter-hegemonic education, also self-managed.

KEYWORDS: Self-management; Hetero-management; Anarchism; Education.

Marginal, a discussão sobre autogestão é pouco debatida dentro da academia e algumas vezes tem seus princípios esquecidos dentro dos próprios movimentos sociais, além de se deparar com concepções desviadas do seu conceito original, essencialmente contra-

hegemônico. Em que pese, se Taibo (2010, p.28) afirma que a proposta libertária deve ser “orgulhosamente anticapitalista”, o debate sobre autogestão também é orgulhosamente marginal, como sinal de que ela é um projeto que não compactua com a ordem existente, estando, logo, à margem desta.

É passível a denúncia de que o capitalismo, como de praxe, cooptou o conceito libertário e o reconverteu a seu favor, pois pode-se encontrar discussões que abordam a práxis autogestionária com o sentido de “formação de líderes”, “aumento dos lucros da empresa”, “marketing” etc. Isso demonstra como o termo, essencialmente proletário, se converteu contra o próprio proletariado.

Aqui o anarquismo se dá como a filosofia política mais coerente para sustentar a discussão, pois além de a autogestão ser um dos seus pressupostos, exige todos os outros princípios ácratas para sua efetivação, pois sem qualquer um deles o outro fica inviável. Ou seja, para que a autogestão possa realizar-se, ela necessita que os pressupostos básicos do anarquismo estejam em marcha simultânea. Não há falar em organização autogerida sem que exista: a) liberdade (autogestão é autonomia plena), b) igualdade (não há hierarquia), c) solidariedade (demanda coletivo), d) antiautoritarismo (funciona pela fraternidade), e) antiestadismo (prescinde do Estado), f) internacionalismo (visa ao alcance global) e g) anticapitalismo (rompe com suas premissas).

Dentro do próprio anarquismo não são abundantes as discussões sobre autogestão, cabendo aí certa relevância em abordar o assunto, sob intenção de fazer circulá-lo dentro do próprio meio libertário, especialmente no que diz respeito ao campo educacional, que parece carecer ainda mais desse debate. Nas palavras de Antony (2011, p.216):

De todos os pedagogos, os libertários buscam ser os mais consequentes, pois é necessário adaptar os meios ao fim. Se visamos a uma sociedade livre, libertária, devemos utilizar meios libertários. Se queremos homens autônomos, autogerindo-se, auto-educando-se, assumindo sua responsabilidade, é preciso que a educação seja ela mesma a mais autônoma e a mais autogerida possível.

O presente texto visa a apresentar a auto e a heterogestão em uma perspectiva *socioeducacional*, por isso toma como ponto de partida duas frentes, que se complementam: a educacional e a social, haja vista que tais conceitos devem ser tratados indissociavelmente, tanto pelo aspecto universal como local, já que não é possível conceber a autogestão pedagógica plena sem falar em autogestão social.

Entre o alcance de um futuro modo de produção e a não espera passiva do mesmo, o bordão é: “pensar globalmente e agir localmente”. Se o global se perde, também se perde a totalidade da autogestão como processo de transformação social, que é o seu objetivo último.

Neste estudo, o campo educacional ganha destaque porque ele é espaço de forte disputa de interesses na trama social, já que a educação é um instrumento em potencial

que pode servir tanto para manutenção do *status quo* quanto para criação do pensamento contra-hegemônico, e, ainda que não exclusiva, é ferramenta imprescindível para a transformação social.

O estudo traz a ideia de que para tratar sobre autogestão uma estratégia é tratar do seu modelo oposto – a heterogestão – já que esta última é o modelo social vigente e dominante de regulação social. É porque se entende que a *autogestão plena* é um projeto de tipo novo que, embora já tenha acontecido em eventos como a Revolução Espanhola (1936 – 1939) ou as “Okupas”, ainda não está em curso na sociedade como um novo modo de produção. Nesse sentido, a heterogestão assume o caráter de *realidade* existente enquanto a autogestão se caracteriza como um *projeto* ainda em devir, diametralmente opostos. Justamente por isso se torna mais fácil explicar a autogestão pelo que ela não é. Gutierrez (1998, p.7, grifo meu) auxilia a entender essa lógica: “Se consideramos que cada classe engendra uma ideologia própria em função de sua prática específica no contexto das relações sociais, *vamos notar que toda ideologia é mais facilmente perceptível a partir de uma outra ideologia [...]*”.

HETEROGESTÃO: PROJETO DE ALIENAÇÃO

Os princípios autogestionários se chocam às relações sociais que estabelecemos hoje, porque estas acontecem num campo prenhe de *heterogestão*, que abarca todo campo de organização social: família, mídia, leis, economia, religião, valores, escola etc. Sustentada pelo *nomos* que vem “de fora”, a heterogestão é definida, basicamente, como o “controle da atividade de um indivíduo por outro” (VIANA, 2008, p.2), ou, podemos defini-la pela expressão proferida por Proudhon (1998, p.95-96): “ser governado”.

Essa afirmação nos leva a depreender que a heterogestão se configura como uma espécie de domínio, seja por explícita coerção ou implícita ideologia, além de deixar subentendida a ideia de que os indivíduos precisam ser constantemente controlados e que sintam, inclusive, necessidade desse controle, pois parte da alegação de que os seres humanos não possuem capacidade de autogovernar-se e de dispensar tutelas, normalmente conferidas por especialistas ou burocratas. A citação de Faria (1985, p.51, grifos do autor) elucida:

Sob o discurso da necessidade de homogeneização do trabalho, a classe dominante julga-se capaz de gerir, determinar, guiar mesmo, os interesses das classes dominadas, pois acredita que estas nada fazem por livre iniciativa, mas somente atuam sob um comando inteligente, exercido, axiomáticamente, em nome dos **interesses coletivos**.

Kuenzer (2002) explica que a heterogestão surge de forma mais explícita quando o sistema artesanal é substituído pela introdução das máquinas, reforçada no taylorismo, que é quando essa forma de gestão passa a ser institucionalizada como fundamento da organização capitalista. Tal ideologia gerencial trabalha a serviço, também, da fabricação

de um tipo adequado de homem (*idem*, p.15). Outrossim, essa forma de gestão é afinada com a forma com a concepção social que se estabelece na relação dominante-dominado.

Nesse sentido, a heterogestão acaba se dando como um processo naturalizado que confere importâncias diferentes entre aquele que gere (pensa, idealiza) e o que é gerido (executa, cumpre), conferindo a estes atores uma relação de superioridade ou inferioridade: quem pensa normalmente está no topo da hierarquia organizacional, enquanto quem executa ou não possui um diploma reconhecido em determinada área fica em segundo plano, já que dentro da heterogestão o saber especializado valida a dominação sobre o conhecimento não formal (ou de experiência).

É por essa hierarquia autoritária que a pluralidade, típico elemento humano, acaba sendo abafada dentro das associações heterogeridas. Ora, se a heterogestão tenciona a linearidade e a previsibilidade, tolhe a autonomia e a criatividade porque se reduz a meras técnicas e ofusca a subjetividade humana, então ela também nega a pluralidade, substituindo esta pela homogeneidade. A negação da subjetividade é típica no modelo heterogestionário, pois interferências subjetivas passam a ser evitadas.

A organização heterogerida receia a imprevisibilidade humana: “Ameaçada pelo fantasma de uma invasão de afetividade e de condutas irracionais, a organização, de certo modo, impede a pulsão de vida de poder se desenvolver” (FARIA, 2008, p.11) o que propicia a pulsão de morte (reprodução, anti-mudança, homogeneização etc.) e impede os processos de criatividade. Por isso a organização heterogerida cria uma impessoalidade e se pauta em burocracias, além do conformismo e da ausência questionadora. Não à toa, Colombo (2003, p.18) faz um resgate etimológico da palavra hierarquia e mostra que “*hieros*” faz referência à palavra “sagrado”, enquanto “*arkhia*” remete ao binômio “forma política”. Quer dizer, um poder escatológico e naturalizado que não é questionado ou de fato compreendido.

Como a heterogestão se caracteriza por um domínio externo que tolhe a autonomia humana, é possível dizer que ela atrofia a capacidade de criação e de autogoverno do indivíduo e isso culmina no que pode ser chamado de *desumanização*, porque a heterogestão “nadifica” o homem, já que o que nos torna humanos é justamente a capacidade de criar e projetar meios e fins. Se essa capacidade teleológica é mutilada, então se mutila a própria condição do ser humano, que tendo seu trabalho pensado pelos outros não domina por completo o resultado do seu próprio produto:

Se o homem é objeto do trabalho, meio de produção, não um sujeito pensante que pode decidir por si e com outros homens associados com seus meios de produção, fica reduzido a um objeto, propriedade de um sujeito privilegiado: patrão ou Estado. Sob essa alteridade fracassa a liberdade; naufraga o homem; [...] (BOOKCHIN, 2004, p.92).

Diante disso, a heterogestão transparece o processo de racionalização que adentra os diversos campos sociais do trabalho, coisifica o homem ao retirar-lhe sua capacidade

de criação e autodeterminação, porque restrito à execução e à mercantilização; expropria aquilo que devia ser sua própria produção cultural; nega a complexidade do ser humano e seu aspecto subjetivo e tenciona a linearidade das relações humanas. A heterogestão expropria o homem do próprio homem, tornando o ser humano um adendo para preservação do *status quo*. Desemboca no que Faria (1985, p.56) denominou por “idiotismo profissional” e, acrescento, existencial.

Em suma, é possível resumir tal modelo de gestão (seja na empresa ou na existência) em características básicas como: a) assimetria de importância entre aquele que idealiza e o que executa, b) existência de hierarquia mais ou menos intensa/autoridade ilegítima c) negação da dimensão subjetiva do sujeito, d) controle e eficiência, e) racionalismo instrumental, f) burocracia, g) poder centralizado e arbitrário h) tecnicismo e i) alienação.

AUTOGESTÃO: PROJETO DE EMANCIPAÇÃO

Ao lembrar sobre a dependência e necessidade de autoridade que a heterogestão difunde, é possível relacionar ao que afirmou Proudhon (1975, p.239): “Tantos quantos somos queremos um chefe ou chefes [...]”. Porém, conclui: “Ninguém é rei; somos associados, quer queiramos quer não”. Assim, a autogestão aparece para colocar em xeque o descrito nas linhas acima.

Segundo Outhwaite e Bottomore (1996, p.34) há tal perspectiva de aspecto micro (apropriação das fábricas) que pode ser definida como autogestão operária, que é a autogestão a nível de unidades produtivas e que “significa a plena participação dos produtores na gestão de todas as funções essenciais do processo de produção dentro da empresa”.

Sendo o avesso do capitalismo e antítese da heterogestão, a autogestão acaba se constituindo como uma totalidade em si, não podendo, portanto, fazer parte de uma outra totalidade. É por isso que ela se caracteriza, em último grau, em um novo modo de produção e, conseqüentemente, um novo modo de regulação social com novas convenções éticas. Portanto, numa perspectiva mais ampla e não estritamente econômica ou empresarial, a autogestão

trata-se de uma forma de autodeterminação dos seres humanos como seres autônomos e conscientes [...]. A autogestão deveria ser considerada, do ponto de vista filosófico, como um processo que vise superar a alienação das capacidades humanas no contexto das relações sociais (OUTHWAIT; BOTTOMORE, 1996, p.34).

Ou seja, a autogestão se dá como o modelo em que os seres humanos se autodeterminam e cuidam diretamente dos assuntos de seus organismos associativos, livres do domínio de terceiros e das tutelas arbitrárias. Trata-se, então, de um “gerir-se a si próprio”. Para aclarar ainda mais, Faria (1985, p. 77) expõe que “a autogestão é um projeto que remete à organização direta da vida coletiva em todos os níveis, suprimindo um

aparelho de direção: o Estado”, pois a autogestão demonstra a crença de que o indivíduo, desde que cultivado em uma sociedade que propicie uma cultura de altruísmo e não de egoísmo, e de emancipação e não de alienação, pode atuar por ele mesmo, porque é um ser cultural, mas alienado pela forma de organização social. Assim, homens e mulheres teriam capacidade de assumir as funções que o Estado acabou confiscando. Válido lembrar que:

[...] rejeitar o Estado não é rejeitar a organização. Aqueles para quem o Estado é de uma absoluta necessidade, fazem, voluntariamente ou não, sérias confusões entre *Estado* e *Sociedade*. É verdade que os seres humanos não podem viver sem *ordenar* suas relações e suas ações. Precisam, para isso, dotar-se de estruturas políticas e de organizações de gestão. Todavia, é completamente falso crer que o Estado é a única forma de organização possível [...] (FAF, p. 27, grifo dos autores).

Da mesma maneira que o anarquismo não dispensa a ordem, apenas o governo instituído, a autogestão não dispensa a organização, mas as coerções institucionalizadas. Dispensar a hierarquia, a burocracia e o governo instituído, não significa dispensar a coordenação e a ordem, significa apenas que elas serão exercidas de maneira voluntária em função da clareza ética sobre o que é necessário ser feito.

É possível relacionar a autogestão com o mutualismo que, para Walter (2000, p.48): “Consiste em acreditar que, em lugar de recorrer ao Estado, a sociedade deveria ser organizada por indivíduos que tomariam decisões voluntariamente, sobre uma base de igualdade e reciprocidade”. Em outras palavras, a autogestão busca devolver ao ser humano o exercício da consciência ou, em última instância, auxiliar no desenvolvimento dessa consciência.

Já que a autogestão é o oposto da heterogestão, então é possível afirmar que ela visa a desconstruir a ideologia dominante, além de dissolver o poder, a divisão entre trabalho intelectual e manual; desmantelar o *status quo* e desnaturalizar a ideologia da dominação. Motta (1979, p. 129) faz uma clara observação de que “[...] a transformação efetiva de qualquer sociedade, e a brasileira não foge à regra, terá que passar pela superação da relação dirigente/dirigido se a sua meta for realmente a igualdade e a liberdade” e desconstruir esse ideário demanda tempo, condições, esforços e também uma educação crítica e livre.

Sendo o oposto daquela, a autogestão pretende devolver ao sujeito o exercício consciente do trabalho, ou seja, da ação sobre o seu próprio meio. Para Colombo (2003, p. 31, grifo nosso):

Tanto a legitimação quanto a crítica do poder são formas políticas de regulação social *especificamente humanas*. Os homens são os únicos animais capazes de opor-se à ordem estabelecida, e, por consequência, os únicos capazes de escolher entre a submissão e a rebelião.

Isso significa que as organizações, bem como as convenções que as sustentam, podem ser constantemente significadas e ressignificadas e que assim como o Estado

não é um dado natural, mas construído socialmente, podem ser também desconstruídas. A capacidade criadora e recriadora do homem permite a ele refletir sobre suas convenções e instituições, fator necessário para abrir possibilidades à autogestão.

Substituindo a hierarquia pelo rodízio de funções ou por cargos não fixos e funções revogáveis, a organização autogerida reconhece que ninguém é superior a ninguém em uma associação, pois todos têm algo a oferecer e todos têm algo a receber.

E substituindo a homogeneidade pela pluralidade, pode-se afirmar que como em toda associação é impossível negar que a autogerida estará livre de dissensos, haja vista que dissuadir é natural do ser humano e até mesmo salutar. Aqui entra o que Kropotkin (1980, p. 70) já explicava: “Na Comuna, sobretudo no princípio [...] a rua, a seção, toda a cidade, toma as deliberações, – não por maioria, mas por discussão até que os partidários das duas opiniões opostas ou diferentes acabem por aceitar voluntariamente mesmo para experiência [...]”: o livre acordo e o bom senso sendo postos em prática. Daí a importância de uma ética libertária que não confunda liberdade com libertinagem e que possa discernir em prol da associação como um fim comum, não do interesse particular. A “[...] nossa liberdade é forçosamente uma liberdade social e nunca se pode esperar *fazer exatamente o que nos apraz*, sem nos preocuparmos com os problemas coletivos” (FAF, p. 48, grifos dos autores), daí valores como o altruísmo.

É partindo do “simples ao complexo e de baixo para cima” que a autogestão sucederia; tudo organicamente interligado com o meio e em prol das necessidades do ser humano e não do mercado e suas nocivas consequências.

No que concerne aos aspectos organizacionais, a autogestão se constitui por características como: a) supressão dos cargos ou revogação, b) rodízio de funções, c) comunicação e transparência, d) assembleia geral, e) livre acordo, f) associação voluntária, g) apoio mútuo e alteridade, h) prática contestadora e i) autossustento, além de algumas posturas como iniciativa e criatividade e dos diversos valores já mencionados como: liberdade, igualdade e solidariedade, que são essenciais.

HETEROGESTÃO E AUTOGESTÃO NA ESCOLA

No anarquismo, a educação é um dos elementos que recebem papel de suma importância e é um dos tópicos mais desdobrados, já que um instrumento em potencial para alcance da transformação social. É aí que autogestão educacional encontra sua sustentação e que habita a crítica sobre a escola hegemônica. Relações autoritárias, alienação do trabalho, hierarquia, avaliações arbitrárias, quantidade em detrimento da qualidade, produto e em detrimento do processo, gerencialismo, tecnicismo e diretrizes heterônomas, além das consequências desses fatores, como a competitividade, a alienação e a manutenção da sociedade de classes, são as denúncias – muito atuais – que partem de uma educação libertária.

Como um de seus objetivos, a educação anarquista procura “[...] formar o espírito crítico e o distanciamento necessário em relação às instituições, para que o indivíduo torne-se autônomo e desenvolvido [...]” (ANTONY, 2011, p. 24). Mas, para isso, é preciso ensinar *pela e para* a liberdade, a igualdade, a solidariedade e a coletividade, o que não está sendo feito na escola heterogestora, típica do sistema social heterogerido, pois a escola é, majoritariamente, o reflexo da sociedade que a acomoda, porque uma de suas instituições.

A escola hoje não rompe com práticas de controle, seja ele explícito ou implícito. Por vezes trabalha com metodologias diferenciadas, mas sem questionar radicalmente o *status quo*; há a realização de atividades mais libertadoras, sem, no entanto, fazer a crítica às mazelas sociais.

O termo “autogestão” surge na década de 1950 e o binômio “autogestão pedagógica” remonta dos anos 1960, especialmente a partir do Maio de 68, segundo Lenoir (2017, p.53). Para tratar a seu respeito é suficiente, aqui, imprimir as características mais genéricas acima citadas, agora num campo específico, que é a escola. Se Gallo (1990, p. 27) versa que a autogestão social se define como a gestão da sociedade por ela própria, partindo da mesma lógica é possível afirmar que a autogestão educacional ou pedagógica se define, então, como a gestão do pedagógico ou da escola pelos próprios atores escolares, sem a interferência de terceiros que não da comunidade interessada.

O anarquismo aplica o princípio do antiestadismo no debate da educação autogestionária, pois entende que enquanto existir um Estado que naturalmente dite o seu sistema educativo, a escola não pode desfrutar de autonomia plena e sem isso a autogestão plena também não acontece. Para Viana (2008, p. 7): “A autogestão pedagógica só tem a possibilidade de se desenvolver plenamente em uma futura sociedade autogerida. Caso contrário, será uma ‘autogestão’ mutilada, pois limitada pelas exigências escolares (burocráticas), pela estrutura dominante, etc.”.

A autogestão extrapola a própria gestão democrática, pois esta ainda acomoda a heterogestão, ainda que de maneira mais sutil: alguém gere alguém, os cargos não são revogáveis, não há rodízio de funções e nem autossustento. É em função da hierarquia que se assiste, na escola, a uma corrente de autoridade que acaba tornando o município melhor que o diretor, o diretor melhor que os pedagogos, que “são” melhores que os professores e estes, por sua vez, melhores que os alunos(as), ignorando que cada um tem algo a oferecer e a aprender.

Por esta lógica, a gestão democrática entraria na cogestão, que aproxima o operário, mas não vai ao cerne do problema e pode, segundo alguns enfoques, não ser um passo em direção à emancipação, mas uma estratégia contraproducente para alcance da autogestão pedagógica. Portanto, a gestão democrática não se trata de uma heterogestão pura, mas tampouco de uma autogestão.

No organismo autogerido a autoridade é questionada (quando existe, é consentida por questões de legitimação), pois a autoridade origina dependência de hierarquias, ou

o que Luengo (1993, p.41) chamou por “segurança-autoridade”. A dependência acaba substituída pela *interdependência* entre os envolvidos, para alcance do objetivo comum da organização.

Assim, é possível ir buscando uma práxis libertária ao operar pela desestabilização de hierarquias, tecer questionamentos ao poder, realizar o exercício da liberdade responsável, a desconstrução das dependências, disseminar valores éticos, recriar novas formas de atuação e trabalhar com um currículo formal e informal crítico, buscando repensar nossas relações a partir do que afirmou Machado (2004, p. 15): “A autogestão, ao invés de instaurar-se imediatamente, deve ser construída progressivamente pela negação paulatina da heterogestão”, pois ela é um lento processo.

Assim a hierarquia não é criticada apenas por outorgar a existência de cargos e funções, legitimando “quem sabe e quem não sabe”, mas porque ela sustenta a ideia de que uma função é mais importante do que a outra, ou que algumas pessoas são mais importantes do que outras. Logo, enquanto houver uma educação para a elite e outra para os pobres, e enquanto diversos preconceitos (raciais, sexuais, regionais etc.) não forem superados, ainda existirão pessoas que de fato terão privadas as suas condições de saber agir em liberdade, saber participar, saber questionar e autogerir-se.

Antony (2011, p. 206-215) realiza uma tentativa de definir concepções práticas da “utopia” educativa libertária. Separa alguns que são do interesse: a) A escola estatista é amplamente questionada pelos anarquistas, portanto, a escola deveria ser independente da autoridade do Estado, b) A escola libertária é assunto de todos, ou seja, não pertence a especialistas, c) Ela deve ser capaz de autogerir-se, d) Ela precisa pensar em uma educação integral no sentido da omnilateralidade, e) Precisa ser uma escola da liberdade para a liberdade, que questione a autoridade e saiba diferenciar igualdade de homogeneidade e promover a autonomia, f) É uma escola engajada às utopias libertárias com vista à emancipação. Além de outros diversos aspectos já muito difundidos no meio anarquista, como a Educação Integral, a confecção dos próprios materiais, circulação de informações, oficinas, autossustento etc.

Já Lenoir (2017, p. 81) apresenta alguns princípios para a pedagogia autogestionária: a) a dimensão coletiva deve ser propiciada e qualificada, b) precisa haver clima de conforto para aprender e agir em liberdade, c) que todos se sintam em pé de igualdade e dispostos a colaborar, d) reduzir ao máximo a assimetria da relação pedagógica, e) zelar pela ética autogestionária e o respeito ao outro. É por isso que a resignação também é um elemento presente em organizações que se queiram autogestionárias: “Assim sendo, a dinâmica educativa da anarquia deve ser eminentemente coletivista, em detrimento da preponderância individualista que sufoca qualquer forma de autogestão” (LUENGO, 1993, p. 16) e aqui entra o fator da solidariedade ácrata.

Contudo, uma observação importante precisa ser feita: essa capacidade de autogoverno é prenhe no ser humano, porque um ser cultural, dotado de função teleológica

e de capacidades físicas e mentais complexas. Assim, a capacidade de autogestão é como uma pré-disposição nos indivíduos. Porém, ela ainda precisa ser estimulada, porque dentro da conjuntura que conhecemos e do modelo de regulação social em que vivemos, é um fato que *maioria* das pessoas não têm capacidade nem política, nem econômica e nem psíquica para autogerir-se e viver em autogestão. Isso porque o modelo de organização social ao qual estamos acostumados é heterogerido e, sendo assim, não propicia o desenvolvimento da autogestão, pelo contrário, o impede constantemente.

Ou seja, o governo heterônomo só será dispensado quando houver o autogoverno e, por outro lado, para que as pessoas aprendam a se autogovernar são necessárias diversas condições que não estão sendo propiciadas ao ser humano. Por isso é tão difícil realizar a autogestão hoje, porque ao mesmo tempo em que existem obstáculos objetivos (Estado, legislação, burocracia, economia, falta de autossustento) existem ainda os subjetivos (egoísmo, inveja, prepotência, violência, concorrência, dependência e etc.).

Na escola, no bairro, na empresa, é preciso admitir que será necessária insistência para ir trabalhando de maneira autogestionária, pois haverá resistências de toda ordem. Ora, percorrer um caminho contrário a diferentes princípios que nos foram inculcados e que há tempos nos condicionam e cristalizam o pensamento é tarefa árdua que não se realiza de um dia para o outro. Como disse Lenoir (2017, p.73): “[...] é óbvio que não nascemos autogestionários, tornamo-nos”.

A autogestão já se configura em si um princípio educativo. Segundo Novaes (2009), quando inseridos nela, seus envolvidos aprendem a desnaturalizar as hierarquias, aprendem a trabalhar coletivamente, aprendem a fazer rodízios, aprendem a se comunicar e girar a informação, aprendem o altruísmo, a liberdade e a responsabilidade, aprendem a participar e decidir, conhecem os processos desde a limpeza à tomada de decisão e gestão dos recursos. Ela é, portanto, a “magnífica escola” (*idem*, p. 2). Recriar nossas maneiras de ser, pensar e agir que são repletas de vícios e contradições, exige empenho, autodisciplina e convicção de causa. Daí a crítica a uma educação que além de não auxiliar nesse processo emancipador ainda ambiciona uma outra, de caráter alienante.

Tem-se a ideia de que ser íntegro é algo irrealizável em função dos vícios antiéticos que compõem o ser humano. No entanto, esses vícios são, em grande parte, resultado de uma forma de organização social também imoral, pois os anarquistas estão convencidos de que a “imoralidade é a consequência de uma organização viciosa da sociedade” (GUÉRIN, 1980, p.27).

Não obstante, uma das saídas para a hegemonia heterogestora e seus desdobramentos como controle, violência, hierarquia e alienação é a busca pela autogestão como projeto emancipador, da defesa por práticas de assembleias, rodízios, giro de conhecimentos e informações, dialogicidade, apoio mútuo, autossustento, horizontalidade, livre acordo, criatividade, contestação às mazelas organizacionais e sociais, além de valores como generosidade, compromisso, honestidade, humildade, respeito, empatia,

bom senso, alteridade, vontade, autocrítica, autoformação, autoconsciência, autoavaliação e autodisciplina.

Concluindo, o sistema capitalista é balizado por fatores econômicos e político-ideológicos contrários aos da autogestão, mas ela anuncia que o autogoverno humano, consciente, é possível pela capacidade de discernimento que temos como seres culturais, aptos à arte, à ética, à autodisciplina e à criação, e que está presente em nossas relações sociais, ainda que de maneira latente. Ela busca desenvolver a consciência do homem sobre seu trabalho, expropriada pelo sistema de acumulação que condiciona objetivamente e subjetivamente os indivíduos a se conformarem com a existência do comando como coisa insuperável – até mesmo desejável – e o faz por meio de diversas estratégias, inclusive a educação.

A autogestão e suas premissas como apoio mútuo e auto-organização já esteve presente em outras sociedades antigas, distantes das regras do mercado, como lucro, concorrência e o próprio Estado. Como mostrou Graeber (2011), a autogestão e as práticas hoje denominadas “anarquistas” (apoio mútuo, troca, antiestadismo, auto-organização) não são uma utopia, senão uma possibilidade humana que já existiu e pode voltar a reexistir, para além das experiências latentes e temporárias. Quer dizer, o anarquismo apenas transformou em “projeto formal e político” este modelo para que seja exercitado, mesmo sob a existência do Estado, do capitalismo e do neoliberalismo.

Se a heterogestão mutila a ação consciente do homem sobre seu meio, então também mutila o resultado do seu trabalho e do próprio homem. É aí que se questiona a educação que tem sido alienada e alienante; uma educação pensada para formar sujeitos *sujeitos*, porque orientada para fins de mercado. Cabe aqui a importância de germinar uma educação crítica e autogestionária: se se quer um homem autônomo é preciso trabalhar *para e pela* a autonomia.

A autogestão pedagógica será plena quando da plenitude de uma nova organização social autogerida, mas para uma nova sociedade se faz necessário um novo homem, e para um novo homem, uma nova educação.

O trabalho finda com o que apontou Colombo (2003, p.46): “a criação histórica e coletiva da liberdade exige a rebelião contra o que é – o que é estabelecido – para que advenha o possível – o que ainda não é”. Concluo, por fim, que a autogestão demanda condições objetivas e subjetivas para tanto, numa relação de convergência e de exercício paciente. Ela é um projeto forjado em uma nova ética humanista e em processos educativos contra-hegemônicos que devem ser expandidos e continuar em marcha.

REFERÊNCIAS

ANTONY, Michel. *Os microcosmos: experiências utópicas libertárias, sobretudo pedagógicas: utopedagogias*. São Paulo: Imaginário, 2011.

BOOKCHIN, Murray. Autogestão e tecnologias alternativas. In: *Autogestão hoje: teorias e práticas contemporâneas*. São Paulo: Fáiisca, 2004, 61-84.

COLOMBO, Eduardo. *Anarquismo, obrigação social e dever de obediência*. Tradução de Plínio Augusto Coelho. São Paulo: Imaginário, 2003.

FARIA, José Henrique. *Relações de poder e formas de gestão*. Criar Edições/FAE, Curitiba, 1985.

FEDERAÇÃO Anarquista Francófona (FAF). *O anarquismo hoje: um projeto para a revolução social*. Tradução de Plínio Augusto Coelho. São Paulo: Imaginário: Fáiisca, 2005.

GALLO, Sílvio. *Educação anarquista: por uma pedagogia do risco*. 1990, 312f. Dissertação (Mestrado em Filosofia e História da Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 1990.

GRAEBER, David. *Fragments de antropología anarquista*. Barcelona: Vírus Editorial, 2011.

GUÉRIN, Daniel. As idéias força do anarquismo. In: MALATESTA, E. et. al. *O anarquismo e a democracia burguesa*. 2. ed. São Paulo: Global Editora, Coleção Bases n.18, 1980. p.7-34.

GUTIERREZ, Gustavo Luis. Autogestão de empresas: considerações a respeito de um modelo possível. *Revista Administração de Empresas*. Vol., 28, n. 2, abr./jun., 1988. Disponível em: <<http://rae.fgv.br/rae/vol28-num2-1988/autogestao-empresas-consideracoes-respeito-modelo-possivel>> Acesso em: ago. 2017.

KROPOTKIN, Piotr. Sobre o governo representativo ou parlamentarista. In: MALATESTA, E. et. al. *O anarquismo e a democracia burguesa*. 2. Ed. São Paulo: Global Editora, Coleção Bases n.18, 1980. p.45-75.

KUENZER, Acácia. *Pedagogia da fábrica: as relações de produção e a educação do trabalhador*. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LENOIR, Hugues. *Autogestão pedagógica e educação popular: a contribuição dos anarquistas*. Tradução de Plínio Augusto Coelho. São Paulo: Editorial Intermezzo, 2017.

LUENGO, Josefa Martín. *A escola da anarquia*. Rio de Janeiro, Achiamé, 1993.

MACHADO, Wilton Rodrigues. Pedagogia libertária: projeto e utopia educacional na sociedade capitalista. *Revista Urutáguá*. Quadrimestral – n. 10 – Ago./Set./Out./Nov. – Maringá – Paraná – Brasil – 2004. Disponível em: <<http://www.urutagua.uem.br/010/10machado.htm>> Acesso em: 10 out. 2012.

MOTTA, Fernando Prestes. *Empresário e hegemonia política*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

NOVAES, Henrique. A autogestão como magnífica escola: notas sobre a educação no trabalho associado. *Revista e-Curriculum*, vol. 5, n 1, dez. 2009. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/3250>> Acesso em: 17 fev. de 2017.

OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do pensamento social do século XX*. Tradução de Eduardo Francisco Alves e Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

PROUDHON, Pierre-Joseph. *O que é a propriedade?* 2ª ed. Lisboa: Estampa, 1975.

TAIBO, Carlos. *Tomar el poder o construir la sociedad desde abajo?* Um manual para assaltar los infiernos. Madrid: Creative Commons, 2015.

VIANA, Nildo. Educação, sociedade e autogestão pedagógica. *Revista Urutágua*. N. 16 ago./set./out./nov. 2008, Maringá, p.1-9. Disponível em: <<http://www.urutagua.uem.br/016/16viana.htm>> Acesso em: 15 fev. 2013.

WALTER, Nicolas. *Sobre o anarquismo*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Achiamé, 2000.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Afro-brasileiro 12

Anarquismo 65, 66, 70, 71, 72, 75, 76, 77

Arte 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 40, 41, 42, 75

Autogestão 65, 66, 67, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77

C

Casamento 5, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89

Colonização 43, 49, 50, 84

Comunismo 111, 114, 116, 117, 118

Constituição 14, 17, 49, 50, 100, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 117

Cultura 1, 10, 12, 14, 18, 21, 22, 24, 28, 30, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 70, 105

D

Direitos civis 110, 111, 113, 116, 117, 119

Ditadura militar 1, 104

Diversidade cultural 29, 30, 31, 34, 37, 39, 40, 41, 54, 62

E

Educação 21, 29, 35, 36, 37, 38, 39, 41, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 104, 105, 112, 117, 118, 121

Ensino 28, 29, 30, 31, 34, 35, 36, 37, 38, 40, 41, 42, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 60, 61, 62, 63, 78, 89, 101, 104, 105, 116, 117, 121

Escravidão 11, 43

Espaços 1, 13, 14, 17, 41, 56, 104, 112, 113, 117, 118

Expressão de gênero 2

F

Família 7, 8, 13, 23, 56, 62, 63, 67, 78, 79, 83, 100, 104, 105

G

Gênero 2, 5, 6, 9, 10, 11, 12, 17, 18, 41, 121

Governo 13, 21, 49, 70, 74, 76, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 107, 108, 109, 113, 117

Governo provisório 100, 102, 103

H

Heterogestão 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 75

História 1, 1, 7, 9, 10, 12, 17, 18, 21, 25, 27, 28, 29, 31, 33, 34, 35, 38, 39, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 49, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 60, 61, 62, 63, 64, 76, 78, 79, 80, 83, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 99, 106, 107, 108, 110, 111, 119, 120

Humanidade 8, 35, 43

I

Idade média 78, 79, 80, 85, 87, 88, 89

Igreja 26, 45, 49, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 87, 88, 92, 93, 94, 97, 101, 104, 105

Imprensa 1, 2, 14, 108

Integração 21, 110, 111

Intolerância 49, 93, 99

L

Lugar 11, 12, 17, 26, 28, 33, 37, 44, 60, 70, 80, 83, 94, 105

M

Macarthismo 110, 111, 113, 114, 115, 118, 119

Micro história 1

Movimentos civis 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 118, 119

Mulher 2, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 16, 17, 62, 79, 83, 85, 86, 87

Mulheres 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 31, 50, 54, 70, 81, 85

N

Normatização 78, 85, 89

P

Poder 1, 3, 13, 33, 45, 51, 68, 69, 70, 73, 76, 77, 79, 80, 82, 84, 86, 88, 89, 93, 101, 103, 104, 105, 106, 107, 114, 121

Política 1, 2, 5, 19, 20, 21, 22, 28, 48, 51, 66, 68, 74, 76, 80, 100, 103, 104, 105, 107, 108, 110, 112, 113, 114, 116, 117

Protagonismo 26, 53, 54, 63

R

Racismo 53, 54, 55, 56, 57, 59, 61, 63, 64, 99

Relações étnico-raciais 53, 54, 57

Religiões 13, 39, 43, 44, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52

Religiões afro-brasileiras 43, 44, 48, 49, 50, 51, 52

Representações sociais 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 40, 41, 42

República 21, 88, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108

S

Samba 10, 11, 12, 14, 16, 17, 18, 21, 25

Sociedade 1, 14, 15, 16, 21, 22, 26, 28, 29, 30, 32, 33, 34, 35, 37, 39, 40, 41, 44, 45, 48, 50, 51, 55, 56, 59, 66, 67, 70, 71, 72, 74, 75, 76, 77, 79, 80, 85, 86, 87, 88, 105, 111, 113, 116, 117, 118

Supremacia branca 110

T

Teoria queer 1, 8

Territórios 20, 83, 101, 116

Historia:

Espaços,
poder,
cultura e
sociedade

3



 www.arenaeditora.com.br
 contato@arenaeditora.com.br
 @arenaeditora
 www.facebook.com/arenaeditora.com.br






Atena
Editora
Ano 2022

Historia:

Espaços,
poder,
cultura e
sociedade

3



 www.arenaeditora.com.br
 contato@arenaeditora.com.br
 @arenaeditora
 www.facebook.com/arenaeditora.com.br


Ano 2022